

Conclusão

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. Conclusão. In: *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 166-176. ISBN: 978-85-7982-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONCLUSÃO

Nos capítulos precedentes procurou-se oferecer uma descrição das principais características dos trabalhadores da Empresa Automobilística. No afã de examinar com pormenor as diversas tabelas e matizar as discrepâncias observadas entre os entrevistados, talvez se tenha tornado a leitura um pouco árida, em particular pela referência constante à comparação entre porcentagens. A forma de exposição adotada, em que as áreas discriminadas foram examinadas separadamente, requer agora uma recapitulação sumária, que ponha em relevo e sistematize as conclusões a que se chegou.

Durante o transcorrer do trabalho fez-se constante referência ao grupo estudado, de um lado, e às características do proletariado brasileiro, de outro. Desejou-se retirar, do estudo de um grupo determinado de trabalhadores, elementos para a compreensão das orientações gerais da classe. Assim sendo, pode-se indagar em que medida seria lícito dizer que os trabalhadores da Empresa Automobilística representam o proletariado brasileiro, tanto mais que se insistiu nas singularidades da empresa, que a distinguem bastante de outras existentes no Brasil. obviamente, as atitudes e orientações do grupo, como se disse inicialmente, decorrem tanto dos traços particulares da empresa quanto das características mais gerais da classe. Portanto, lidou-se com duas ordens de fatores: os que decorrem da situação de trabalho na Empresa Automobilística e os que decorrem da sociedade nacional, especialmente os referentes às características da industrialização e à formação da classe operária brasileira. É desnecessário dizer que as atitudes que advêm dos fatores internos da empresa não podem ser generalizadas, a não ser para os trabalhadores de fábricas semelhantes. Deste modo, está claro que os resultados obtidos na investigação não podem ser estendidos arbitrariamente para o conjunto do proletariado nacional. Mas as atitudes ante a empresa são grandemente influenciadas pelas características gerais do proletariado, pelas suas origens, expectativas e aspirações quanto à sociedade industrial em formação. Tanto seria arbitrário o estudo que pretendesse induzir da análise de um grupo operário particular as características gerais da classe, quanto o que procurasse explicar o seu comportamento em função exclusivamente das determinações internas da empresa ou da situação particular de trabalho e

emprego. Procurou-se, no transcorrer da análise, evitar ambos os riscos, buscando integrar as duas perspectivas. Mais ainda: procurou-se ter em conta a natureza específica das tarefas que perfaziam os trabalhadores, uma vez que pesquisas já realizadas mostram notável semelhança de conduta entre trabalhadores de países diferentes que realizam um mesmo tipo de trabalho.

Assim, no que diz respeito à representatividade do grupo estudado, pensamos que os resultados alcançados podem ser estendidos, em certa medida, aos demais grupos operários formados no decurso dos últimos anos, em decorrência da implantação, entre nós, de modernas e grandes unidades de produção fabril. Desse ponto de vista, a Empresa Automobilística apresenta-se como um caso típico. Para a explicação do comportamento e das orientações do grupo operário, cumpre retomar as duas perspectivas anteriormente assinaladas. No que tange aos fatores endógenos, isto é, os que decorrem das singularidades da empresa, há alguns elementos ligados à sua implantação que necessitam ser ressaltados. Não se trata de uma empresa industrial que tenha passado por longo processo de crescimento. Junto com o ramo automobilístico, a Empresa Automobilística surgiu rapidamente. Não atravessou as fases clássicas do avanço tecnológico. Instalou-se desde logo como grande empresa, voltada para a produção em massa, seguindo os modelos de organização industrial criados alhures. As empresas automotrizes no Brasil são filiais de organizações sediadas em países desenvolvidos. Para cá transplantaram não só os avanços ocorridos na área da produção e da comercialização do produto, como certos esquemas refinados de relações humanas. A implantação e o crescimento do ramo automotor teve consequências dinamizadoras imediatas no parque industrial paulista. Levou à expansão acelerada da indústria de autopeças e abriu milhares de novos empregos. As cidades que compõem o Grande São Paulo experimentaram rápido surto de crescimento. As novas ofertas de emprego contribuíram para a manutenção das correntes migratórias para São Paulo e para a continuidade do ritmo de urbanização. Em torno da capital formaram-se novos bairros de trabalhadores recentemente chegados do interior, dando origem a uma classe operária com características diferentes da dos antigos bairros operários de São Paulo, quando da instalação das primeiras fábricas de alimentação, bebidas, tecelagem, etc. O aproveitamento dessa mão de obra, em geral de baixo nível técnico, foi possível graças ao trabalho parcelado e em serie, característico da etapa de industrialização que precede a automação. Assim se explica que a proporção, no grupo estudado, de trabalhadores recém-

chegados da agricultura praticamente iguale a de trabalhadores nascidos em São Paulo. A expansão do setor automobilístico e, correlatamente, da indústria de autopeças, acarretou a elevação dos salários, devido à carência de mão de obra especializada e, talvez, à política deliberada das empresas com vistas à sua promoção ante a opinião pública e os órgãos governamentais. Os grupos operários recém-empregados nesse ramo beneficiaram-se, desde o início, de salários bastante superiores aos da média da indústria paulista. Nesse processo, indubitavelmente, as categorias profissionais mais qualificadas foram as mais favorecidas, embora as demais camadas operárias também tivessem sido abrangidas pela elevação salarial e abertura de novos empregos. Repetiu-se aqui, em escala mais restrita e em outras circunstâncias, a mesma situação que permitiu ao proletariado brasileiro a aquisição de certas vantagens trabalhistas sem o recurso a uma forte pressão sobre os grupos patronais ou o Estado e *apesar da existência de um excesso de mão de obra no mercado de trabalho nacional*.

O desenvolvimento industrial, orientado para a substituição de importações, procurou explorar áreas de consumo já existentes, que passaram a absorver o similar brasileiro em lugar do estrangeiro. Os preços tenderam a fixar-se em torno dos das mercadorias importadas colocadas no mercado interno, isto é, gravadas pelos custos de transporte e pelas barreiras protecionistas e fiscais. Tal mecanismo assegurou ao fabricante nacional altas taxas de lucro, embora sua massa fosse reduzida em decorrência das próprias limitações da demanda interna. A indústria brasileira, por tais razões, foi pouco competitiva, tanto mais que o manufaturado nacional não se destinava a concorrer no mercado internacional. Desse modo, nas condições tecnológicas e sociais em que ganhou impulso a industrialização do país, os esforços para o rebaixamento dos salários não foram tão acentuados quanto os efetuados no início da industrialização Europeia. Em primeiro lugar, porque a acumulação industrial, na etapa atual, se faz precipuamente pela utilização de equipamento mais moderno, visando a economizar mão de obra; em segundo lugar, porque, quer pela necessidade de fixação à indústria de uma mão de obra profissional e socialmente mais preparada, quer por motivos políticos, o próprio Estado chamou a si, adiantando-se às pressões sindicais, a elaboração de leis sociais e trabalhistas e aplicação de um conjunto de medidas destinadas à proteção do operário. Na ausência de estratos sociais médios, de pequenos proprietários independentes e de camponeses, no sentido clássico da palavra, o mercado consumidor nacional de produtos industriais ficou restrito, em grande parte, ao

próprio setor moderno da sociedade brasileira, isto é, aos centros urbanos, uma vez que os grupos rurais com forte poder aquisitivo constituem ínfima minoria e as massas agrícolas estão praticamente fora do mercado consumidor de produtos industrializados. A compressão dos salários reais das camadas assalariadas sempre ameaça reduzir o já restrito mercado interno. Assim se explica que, mesmo tendo-se em conta a existência de um vasto excedente de mão de obra, o proletariado brasileiro tenha logrado garantias sociais praticamente sem contar com poderosas organizações sindicais e sem grandes lutas. Ocorre que o extremo atraso das populações das áreas tradicionais revela-se uma forma de proteção para os grupos operários já constituídos e inseridos no sistema industrial.

O proletariado brasileiro é formado, nos seus estratos superiores, por migrantes ou filhos de estrangeiros. Os setores semiqualeificados e braçais, na sua maioria, são retirados do setor primário da economia. No primeiro caso, a própria carência de trabalhadores qualificados, ou seja, a procura maior do que a oferta contribui para a defesa dos salários reais desses grupos. No segundo caso, a oferta do fator trabalho é abundante enquanto os salários industriais mantiverem-se superiores aos da agricultura. Mas o atraso cultural das populações rurais, o analfabetismo, a falta de qualquer qualificação, a inexperiência no que tange aos múltiplos requisitos para a vivência no meio urbano dificultam seu aproveitamento como mão de obra industrial. Insistimos que não se trata apenas de uma questão de adequação técnica, pois o trabalho parcelado implica a desqualificação profissional sendo o adestramento para a realização das tarefas bastante rápido. Trata-se, em grande parte, de desqualificação social e educacional em geral. Do ângulo do aproveitamento desse exército industrial de reserva, cumpre ver que as indústrias modernas necessitam, ao menos, de trabalhadores alfabetizados, de indivíduos capazes de se ajustar com razoável rapidez à organização interna da empresa. O exemplo da indústria automobilística ilustra tipicamente essa situação. Os salários, nesse ramo, não se teriam mantido muito acima da média vigente no parque industrial paulista se a oferta de trabalhadores dotados de certa qualificação profissional e social fosse elevada. A própria utilização de trabalhadores chegados há pouco da agricultura não ocorreria se não houvesse premência de mão de obra. Deste modo, se a abundância do fator trabalho e a existência de ampla reserva de mão de obra barata diminuem a capacidade de barganha da classe operária, o baixíssimo nível de qualificação profissional e educacional da população

rural dificulta uma compressão excessiva dos salários já baixos em comparação com os vigentes em países desenvolvidos. Nessas circunstâncias, as camadas empresariais conservam amplamente o controle dos salários e a capacidade reivindicativa dos sindicatos é fortemente reduzida. Os salários fixam-se segundo as necessidades de atração de mão de obra para a indústria, isto é, segundo as conveniências dos grupos empresariais nos diversos ramos fabris. Dado que os níveis de consumo das camadas inferiores da população brasileira, particularmente das populações rurais, são extremamente baixos, é evidente que os salários industriais não tendem, salvo para uma ou outra categoria profissional, a elevar-se consideravelmente. Na hipótese de uma agressividade reivindicativa acentuada dos estratos operários já integrados no setor secundário, o enorme estoque de mão de obra continua sempre à disposição para ser, em caso de necessidade, rapidamente utilizado. Os salários da massa operária brasileira são, deste modo, diretamente condicionados pela ação de dois elementos: de um lado, a necessidade de mão de obra que tende a elevá-los independentemente das exigências sindicais; de outro lado, a presença maciça das migrações rurais-urbanas que tende a rebaixá-los. Em ambos os casos, a iniciativa está sempre nas mãos do setor empresarial, tanto mais que a remuneração na indústria tem sido sempre suficientemente superior à da agricultura para proporcionar ao migrante a valorização do emprego industrial, ao qual se aliam as garantias outorgadas pela legislação trabalhista. Assim, as grandes empresas estrangeiras instaladas no Brasil, se porventura afligidas pela instabilidade política, em compensação têm que lidar com um proletariado industrial desorganizado e incomparavelmente menos exigente do que o dos países altamente industrializados.

Os grupos operários que se formam assim rapidamente, quando da instalação de grandes empresas modernas, apresentam feições bastante singulares. Normalmente, faltam-lhes uma tradição operária comum e uma experiência maior no que diz respeito à utilização das instituições existentes na sociedade industrial. Dado que os estabelecimentos estrangeiros normalmente têm condições de oferecer melhores salários e procuram, se mais não for por motivos políticos, obedecer estritamente a legislação social em vigor, a obtenção de emprego nessas companhias é altamente desejada. Para uma população pobre, carente de outras alternativas profissionais e outros meios de subsistência, o apego ao emprego tende a ser muito forte. Esse é concebido em termos de um projeto de melhoria de vida ou de

ascensão social. No entanto, as possibilidades de ascensão na hierarquia das empresas, mesmo quando estas atravessam uma fase de expansão, como a Empresa Automobilística no momento em que fizemos a pesquisa, são restritas. A grande massa de trabalhadores entra na companhia como operário e sai nessa mesma condição. A monotonia e a falta de atrativo das tarefas repetitivas induzem a um desinteresse pelo trabalho. As categorias operárias semiqualficadas e braçais tendem, destarte, a manifestar uma preocupação e uma sensibilidade muito aguçadas pelo salário, tanto mais que efetivamente ocupam os níveis inferiores da escala de remuneração. Em contrapartida, os aspectos propriamente socioprofissionais do trabalho e da condição operária ocupam segundo plano, ao contrário do que tende a ocorrer com os trabalhadores mais qualificados e dotados de certa autonomia profissional. O trabalho operário é encarado negativamente e as aspirações de passar a empregado de escritório ou de trabalhar por conta própria são sempre muito vigorosas. A rejeição da condição operária, ao mesmo tempo em que dificulta a integração na classe, impede a formação de uma visão do mundo “obreirista” e a participação nas atividades das associações operárias. Do mesmo modo, os apelos ideológicos classistas tem pequeno efeito sobre esses grupos operários. Para os efetivos de migração recente, a empresa, o sindicato e a sociedade industrial são concebidos instrumentalmente, como meios a serem utilizados, sem com eles se identificarem e comprometerem emocional ou moralmente. No que tange ao sindicato, este é avaliado em termos das vantagens pessoais que pode oferecer, sem que o trabalhador entenda que a força da instituição depende de sua participação e esforços.

O bloqueio das possibilidades de ascensão, para um grupo motivado justamente por essa aspiração, conduz a acentuado pessimismo. O desencanto dos grupos operários de formação recente é tanto mais acentuado quanto a sociedade, nas condições de subdesenvolvimento, não tem, efetivamente, possibilidades de oferecer outras formas de compensação externas ao meio fabril: alto padrão de consumo, participação intensa nas modernas formas de lazer e recreação, etc. No caso dos operários estudados, o setor mais qualificado, gozando de salários bastante elevados em cotejo com a média salarial paulista, tinha condições de lograr outras compensações na esfera do consumo e de alimentar esperanças de ascender socialmente, graças às suas aptidões profissionais. O setor de baixa qualificação, praticamente, já tinha deixado de lado a crença nas possibilidades ulteriores de ascensão social. Os

trabalhadores recém-chegados de áreas tradicionais eram os mais pessimistas. A desilusão e a frustração quanto à situação presente, contudo, não contribuem para o fortalecimento do sindicato, da coesão interna do grupo e para a emergência de atitudes hostis à empresa uma vez que essa é considerada, precisamente, como a instituição que permitirá a melhora de vida do grupo, sendo a situação presente considerada mais satisfatória do que a situação passada. O pessimismo e o descontentamento não têm suas raízes na empresa, embora o trabalhador encare criticamente a condição operária e a ordem político-social global. Se há aceitação da empresa e rejeição da condição operária, o descontentamento não pode servir de base para a crítica classista da ordem social. Se a visão da sociedade industrial não se estrutura a partir de uma posição de classe, as forças sociais adversas não são localizadas na esfera da produção. A percepção das ordenações sociais elabora-se a partir das diferenças observadas nos níveis de consumo, de poder e de educação, mas não das posições diferenciadas ocupadas pelos agentes e grupos sociais no sistema produtivo. Para que ocorresse o contrário, seria necessário que o avanço da industrialização brasileira não tivesse ficado restrito a pequenas áreas do país. Em outras palavras: teria sido preciso que o industrialismo tivesse impregnado mais profundamente os valores e a conduta dos agentes e instituições sociais. Porém, a industrialização, na sociedade capitalista de massas, age no sentido de corroer os elementos que convergiam no sentido de propiciar comportamentos revolucionários e a emergência da consciência de classe entre o proletariado. Se tais condutas e formas de consciência não encontram clima propício nas sociedades fortemente influenciadas por ideais e valores tradicionais, tampouco o encontram nas sociedades modernas na sua fase “afluente”. De um lado, no plano da sociedade, as possibilidades ampliadas de consumo, a ação dos meios de comunicação de massas, tendem a dissolver os elementos que contribuía para a configuração das classes enquanto vastos aglomerados inclusivos, coesos internamente, relativamente delimitados e hostis entre si; de outro lado, no plano da empresa, a moderna tecnologia e organização do trabalho industrial tendem a enfraquecer os fatores que favoreciam a cristalização de uma cons. ciência de produtor e de explorado entre as camadas operárias. A consciência de classe, observa Touraine, encontrou campo para seu pleno florescimento quando do encontro do sistema profissional de trabalho com a grande organização industrial. *Que tipo de orientação ideológica e de consciência operária poder-se-ia encontrar num proletariado que se forma diretamente sob o moderno sistema de trabalho industrial inserido num meio social que contém,*

concomitantemente, elementos de sociedades afluentes e de sociedades tradicionais? Numa fase avançada da expansão industrial, as sociedades ricas podem oferecer ao operário “compensações” na esfera do consumo. As instituições sindicais e políticas lhe dão meios de pressão e reivindicação, cujas possibilidades de atendimento permitem a existência de um reformismo das classes operárias (Europa Ocidental), ou de uma adesão aos valores básicos do sistema (EUA). No caso de áreas subdesenvolvidas, com regiões fortemente contrastantes, como no Brasil, o descontentamento relativo aos problemas derivados da situação de trabalho tendem a passar a segundo plano. As camadas operárias, em decorrência da escassa industrialização, são demasiadamente débeis para uma pressão em larga escala sobre as grandes empresas e o Estado. Além disso, trata-se de grupos sociais recém-formados que dão os primeiros passos no ambiente industrial e urbano. Dispõem de fracos meios de intervenção sistemática na vida política nacional. Malgrado a valorização do emprego industrial, a adesão dessas massas semi-integradas à ordem social é pequena. Em primeiro lugar, porque não se lhes abriram, realmente, amplas oportunidades de participação nas vantagens da civilização industrial, enquanto novas aspirações de consumo foram despertadas. Em segundo lugar, porque não assimilaram inteiramente os valores e modos de conduta do meio urbano. Seus estratos superiores têm condições de manter ou mesmo ampliar sua participação nas vantagens da ordem urbano-industrial, mediante pressão coletiva, valendo-se de sua situação privilegiada para a barganha no mercado de trabalho, o que pode propiciar o surgimento de um reformismo operário entre esses setores. As camadas inferiores do proletariado, contudo, não podendo valer-se desses recursos, sentem-se inteiramente desamparadas. A rejeição do *status quo* político-social, na ausência de uma consciência profissional e de uma identificação com a condição operária, dificilmente poderia ultrapassar o populismo: através do apoio a líderes das camadas superiores expressam seu descontentamento e frustração ante uma sociedade de consumo que não tem condições de atender as expectativas por ela mesma despertada. Se na raiz do descontentamento dessas massas trabalhadoras estivessem os problemas do mundo do trabalho e da fábrica, da rejeição do sistema capitalista de produção, sua expressão ideológica não poderia ser de tipo populista.

O populismo, por suas características, exprime o despertar de massas que há pouco adquiriram o direito de participação política e que reivindicam uma participação maior nas vantagens da civilização contemporânea. Os

movimentos populistas organizam-se em torno de exigências colocadas na esfera do consumo. Há, nesse tipo de mobilização política, um sentimento difuso de antagonismo social, fundado não na ideia da oposição e conflito entre classes, mas na percepção de desníveis sociais, de riqueza e de autoridade. O populismo separa e distingue, de um lado, o povo e os pobres e, de outro, os ricos e os que mandam. Seu traço marcante é a inexistência de uma organização capaz de arrematar, de modo permanente, as camadas inferiores. Reside aqui uma das debilidades mais pronunciadas dos grupos operários e, de modo geral, dos estratos inferiores da sociedade brasileira. A debilidade organizatória das camadas operárias emergentes constitui, para o *status quo*, ao mesmo tempo uma garantia e um risco. Se, de um lado, enfraquece o poder reivindicativo das camadas assalariadas, de outro lado, faz com que sua intervenção ameace efetuar-se fora de qualquer controle, o que não ocorreria se a mobilização pudesse se dar através de instituições legitimadas pela ordem social. Mas essa não atingiu um grau de racionalidade e de confiança em si mesma capaz de conduzir à institucionalização do conflito e à participação dos estratos populares e operários nas decisões do Poder. Assim, no atual contexto político e social, a participação dos setores inferiores só tem podido ocorrer quando esses se sentem relativamente apoiados por segmentos das classes superiores, estimulados por uma cobertura que venha de cima. O apoio às lideranças populistas revela, ao mesmo tempo, a heteronomia das camadas operárias, o desejo de proteção e a rejeição das atuais estruturas de dominação. A conjugação desses três fatores redonda na preferência por regimes autoritários que atendam o trabalhador em suas reivindicações, coíbam a liberdade e o poder de mando dos ricos, dos políticos e dos comerciantes. Quanto mais pronunciada a falta de qualificação profissional e educacional das camadas inferiores e quanto mais carentes de meios para a intervenção independente na vida política nacional, tanto maior a disposição para apoiar movimentos radicais e regimes autoritários que lhes pareçam proporcionar uma garantia mais eficaz contra os poderosos e os ricos. A opção por regimes democráticos só se poderia dar se esses grupos operários tivessem meios de utilizar as instituições da ordem democrática para o logro de suas aspirações básicas e se a ordem competitiva democrática garantisse realmente o direito de participação de tais setores. Na ausência dessas condições, o regime de democracia representativa lhes parece privilegiar amplamente os grupos de renda superior, estrategicamente situados e capazes de manipular em seu proveito os organismos de Poder.

Pelo que indica o estudo dos trabalhadores da Empresa Automobilística, uma profunda ambiguidade parece marcar os grupos operários que se formam nas condições do moderno capitalismo industrial em regiões insuficientemente desenvolvidas. Essa ambiguidade repousa na extrema valorização do emprego fabril, conjugada à recusa da condição operária, decorrente das aspirações de melhoria de vida e de ascensão social apenas parcialmente atingidas; no desejo de maior participação nos benefícios materiais e sociais da civilização industrial associado à despreocupação com as questões referentes ao controle das decisões, aos níveis da empresa e da sociedade global; no desencanto e na frustração com relação ao *status quo* vinculados à valorização e aceitação da ordem capitalista, na medida em que ela significa progresso e desenvolvimento em comparação com a ordem pré-industrial. Esses grupos operários escaparam recentemente das formas tradicionais de controle político e estão fazendo suas primeiras experiências como categorias sociais emergentes em outro contexto socioeconômico. Até o presente, obtiveram oportunidades de emprego e de melhoria de seu padrão de consumo sem que tivessem de realizar esforço maior de pressão e mobilização sistemática. Para predizer com segurança suas orientações futuras seria preciso poder diagnosticar as possibilidades de expansão e consolidação da sociedade industrial no Brasil. No estado atual das pesquisas sociológicas sobre a industrialização e sobre o tipo de sociedade que se está formando em nosso país é impossível fazer qualquer vaticínio seguro. De modo geral, as ambiguidades da estrutura da situação de classes e a inconsistência das formas de consciência social impedem que o futuro seja idealizado socialmente pelas diversas camadas sociais em presença. Nem os grupos empresariais são capazes de se definir inteiramente pelo tipo de ordem social competitivo (com todas suas implicações institucionais, políticas e sociais) nem os operários industriais fazem qualquer espécie de opção decisiva que permita vislumbrar em que sentido deverão se orientar nos próximos anos. Contudo, é possível supor, no tocante aos grupos operários, que sua inserção na economia de mercado e de consumo contribuirá para fazê-los mais exigentes quanto à sua situação de consumidores. Em tal caso, cumpriria saber não somente das *orientações ideológicas* que poderiam predominar como também dos *meios e instrumentos* de participação sociopolítica de que disporiam. A natureza do processo de industrialização por que passa atualmente o país não propicia forte aumento dos contingentes operários. No último decênio, a proporção de trabalhadores industriais chegou mesmo a diminuir em comparação com outros setores da população ativa, principalmente com relação à do setor de serviços. Pode-se

prever que, mesmo na hipótese de uma aceleração dos investimentos industriais, o crescimento quantitativo da classe operária será muito pequeno, pois o tipo de tecnologia utilizado, segundo modelos dos países desenvolvidos, repousa no emprego intensivo de capital e na poupança de mão de obra. O peso numérico do proletariado industrial no conjunto da população será menor do que teve nos países de antiga industrialização. Embora situado estrategicamente no setor mais dinâmico da economia brasileira e concentrado nos grandes centros urbanos, sua capacidade de barganha e pressão será sempre enfraquecida pela presença dos grandes contingentes populacionais que criam um excesso de oferta de trabalho e diante dos quais o proletariado das modernas empresas constitui um setor privilegiado.

Não seria preciso insistir novamente que o grupo estudado, e as camadas operárias de um modo geral, encontram-se em nível extremamente baixo de organização autônoma e de definição de seu papel na sociedade nacional. Não há porque julgar que tal quadro deva permanecer inalterado. Porém, as formas e os conteúdos das transformações que porventura venham a ocorrer são atualmente impossíveis de prognosticar. Seria fácil (e a nosso ver errôneo) partir da ideia de uma “evolução” linear da classe operária que partisse de um mínimo de organização, de capacidade de intervenção e de consciência de seus interesses para um máximo de atuação e politização que, no final, implicaria na rejeição da ordem capitalista. As sociedades desenvolvidas do Ocidente revelaram insuspeitada capacidade de absorção dos conflitos industriais e de flexibilidade institucional de modo a arrefecer o ímpeto do protesto operário. A questão básica é saber se a ordem capitalista no Terceiro Mundo apresenta as mesmas possibilidades de institucionalização do conflito, de integração não só dos trabalhadores industriais como também, e principalmente, dos grandes contingentes populacionais marginalizados pelo nosso processo de crescimento econômico dependente. Pensamos, no que tange às camadas operárias, que um possível aumento de sua participação na vida política e social do país terá como ponto de partida suas aspirações a uma maior e efetiva participação nos benefícios da civilização industrial: suas orientações futuras dependerão amplamente da capacidade do sistema de responder a tais aspirações.